

OS FILHOS DA ZONA: EXPECTATIVAS, COTIDIANOS E PENSARES DE PROFISSIONAIS DO SEXO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR DE SEUS FILHOS

Marcelo Nascimento **Mendes** – UNISUL

Luiz Alberto De Souza **Marques** – UNISUL

1 INTRODUÇÃO

A proposta de estudos relacionados ao exercício da profissão do sexo surge quando da realização do nosso trabalho monográfico para a obtenção do título de Licenciado em História na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e dando continuidade no curso de Mestrado em Educação na mesma universidade. Até então a produção se limitava ao estudo das relações sócio-educacionais incidentes sobre o processo de ensino-aprendizagem dos filhos das profissionais e ex-profissionais do sexo residentes em um bairro da cidade de Laguna em SC. Atualmente, levando em conta as inúmeras percepções advindas do referido estudo, sentimos necessidade de abordar o tema de forma mais abrangente. Surge então a proposta de descrever/caracterizar os contextos socialmente constituídos à margem do exercício da profissão do sexo sob a visão, principalmente, das mulheres que a exercem, levando em conta a existência da Boate Sereia da Noite no bairro de Taquaraçú em Laguna/SC e da Escola de Educação Básica Taquaraçú freqüentada pelas crianças.

Quando do surgimento da proposta deste estudo foram necessários inúmeros momentos de amadurecimento dos argumentos que o motivaram. Isso ocorreu no sentido de fazer com que os procedimentos fossem aplicados com o máximo de respeito e ética possíveis. Relatar sobre o exercício da profissão do sexo em ciências sociais é um exercício instigante e abre um leque de possibilidades sobre a análise de contextos cotidianos que, muitas vezes, não são expostos de forma criteriosa e de acordo com padrões éticos de pesquisa na exposição de dados.

Tal proposta se fundamenta ainda sob o foco das diferenciações sociais construídas ao longo dos anos em função do exercício da profissão do sexo e suas implicações na convivência entre os grupos sociais e a hierarquização social presente na comunidade. Nossa intenção é relatar sobre as relações cotidianas que ocorrem entre os grupos que compõem o foco de pesquisa sob a perspectiva das “putas”, as inúmeras vias sinuosas percorridas pelas respectivas, o exercício da profissão do sexo e a maternidade. Sim, falaremos de “putas”, e mais do que isto, falaremos de “filhos de putas”.

2 A PROFISSÃO, A PROFISSIONAL E A EXCLUSÃO SOCIAL

2.1 Quem é profissional?

Historicamente a prostituição é um tema bastante discutido, porém não será foco deste trabalho a temática da regulamentação da prostituição ou os possíveis entraves que impedem sua atenção na forma de lei no Brasil. Para tanto consideraremos os apontamentos feitos pelo Ministério do Trabalho e Emprego a partir de 2002.

Antes mesmo de iniciar as considerações é importante que tenhamos claras algumas significações do termo prostituir, ainda muito utilizado no Brasil. Para tanto, Ferreira (2004, p. 1405) define prostituir como: “[...] 1. Iniciar na vida de prostituta; entregar à devassidão; desmoralizar, corromper. [...] 7. Fig. Desonrar-se, aviltar-se, praticando ações vergonhosas ou indecorosas; [...]” Estas duas significações nos bastam para observar que, já no seu conceito, o exercício da profissão do sexo é caracterizado como desvio comportamental, identificado como disfunção social e de caráter, desmoralizante e desonrado. Ao mínimo percebe-se o olhar preconceituoso do autor no peso com que utiliza os termos ao fazer referência a essa “atividade profissional”, mesmo em se tratando de um verbete que reflete as expressões e o pensamento popular.

Além disso, são muitos os sinônimos populares atribuídos à mulher prostituída, ou ainda a “Profissional do Sexo” como cita o site “Beijo da rua” (2007), um jornal eletrônico publicado pela organização não governamental “Davida”, cuja finalidade é organizar a categoria das profissionais do sexo, além de propor iniciativas para a mobilização e controle social. Assim seguem, além de outros:

Abre-abre, bagaxa, bagageira, balalaica, batalhadora, biraia, caçarola, cadela, camélia, canganha, créa, cróia, dadeira, égua, ervoeira, esquinista, findinga, fuampa, fubana, gira-bolsinha, guampa, guerreira, jereba, jerianta, jupira, lascada, livre, loba, lolita, madalena, mãe solteira, piniqueira, piranhuda, piriguete, piroqueira, pistoleira, prostituta, pu, puta, reboque, roda-bolsinha, tamanqueira, toleirada, torta, vigarista, vulgívara, zoina.

No Brasil desde 2002, sob o número 5198-05 do cadastro de CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) do site do Ministério do Trabalho e Emprego, aos profissionais do sexo são atribuídos os seguintes sinônimos: “Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador

do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo)”.

O Ministério do Trabalho e Emprego afirma, no cadastro de CBO, que, diante destas atribuições, estes profissionais “trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, portos, rodovias e em garimpos”. Afirma ainda que, “no exercício de algumas das atividades, podem estar expostos a intempéries, a poluição sonora e a discriminação social”. Por fim afirma que “há ainda riscos de contágios de DST, e maus-tratos, violência de rua e morte”.

Para finalizar a reflexão sobre a profissão do sexo assinalamos alguns apontamentos feitos pelas entrevistadas na tentativa de categorizar a sua ocupação. Segundo elas, “putas”, prostitutas e profissionais do sexo não significam a mesma coisa. “Putas” são as mulheres que nem sempre estão no bordel, que aparecem na casa pra se divertir, mas que adoram curtir sua sexualidade sem compromisso. Quando ela gosta do sujeito ela faz de tudo para sair com ele. Não para ganhar dinheiro, mas para “gozar”, como elas mesmas afirmam. As prostitutas são as que transam por qualquer valor, não estabelecem critérios para a escolha de clientes e a forma de pagamento do “serviço”. As profissionais do sexo, grupo onde a maioria das entrevistadas se auto-inclui, são as que encaram a atividade como um trabalho e fazem o possível para seguir critérios e estratégias para a prestação dos serviços sexuais, se dando ao “luxo” inclusive de rejeitar clientes caso algo as desagrade ou comprometa sua segurança.

Em respeito à suas preferências e, em concordância com o que aponta o Ministério do Trabalho e Emprego, utilizaremos a terminologia “profissional do sexo” para identificar estas mulheres.

2.2 Exclusão

Caracterizado como exploração da mão-de-obra feminina no sistema capitalista, o exercício da profissão do sexo é encarado, muitas vezes, como um mal necessário à sociedade e repudiado principalmente pela Igreja. Uma ressalva que faz este mal se tornar necessário é a sua importância na manutenção e proteção da moralidade do casamento ou qualquer outro relacionamento “socialmente” reconhecido.

Rossiaud (1991) em sua análise da profissão do sexo na idade média afirma que, além das características citadas acima, “Os bordéis já não pareceram apenas protetores das

esposas e virgens, mas suscetíveis de preparar para a conjugalidade”. (ROSSIAUD, 1991, p. 140)

Avaliando a existência de condutas reguladoras na sociedade utilizamos uma citação de Pais (2003) onde o mesmo afirma que “por normas de conduta podemos entender um conjunto de valores e de regras que se apresentam aos indivíduos através de aparelhos prescritos diversos, como a família, a escola, a Igreja etc.”. (PAIS, 2003, p. 124)

Goffman (1988, p. 138) cita que “Pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas...” e ele afirma ainda que “[...] Os valores de identidade gerais de uma sociedade podem não estar firmemente estabelecidos em lugar algum, e ainda assim podem projetar algo sobre os encontros que se produzem em todo lugar na vida cotidiana.” (GOFFMAN, 1988, p. 139)

A profissional do sexo opta por transgredir as regras, porém aceita manter determinadas características do contexto social, como a atenção ao homem sob o ponto de vista da sua virilidade, “própria da sua masculinidade”, em função de um ganho, em função de uma estratégia de “mercado”.

Ela transcende a existência dos aparelhos citados por Pais (2003) e torna-se um ícone da quebra das regras e dos modelos. Farinha e Bruns afirmam que “No imaginário social, a prostituta representa o que a mãe e a esposa não podem ser - sensual, depravada, despuorada, sem dono, livre para o sexo”. (FARINHA e BRUNS, 2006, p. 40)

No momento em que profissionais do sexo são impossibilitadas de preencher os requisitos desta sociedade estas são automaticamente excluídas, estigmatizadas e passam a sofrer preconceitos sociais e culturais, além de serem caracterizadas como incapazes e delinquentes. Para tanto, Bacelar (1982) menciona que “Quando os indivíduos não se ajustam aos padrões normativos prescritos pela ordem institucional, quando apresentam qualquer desvio radical desta ordem, passam a ser designados como inadaptados, criminosos, delinquentes...” (BACELAR, 1982, p. 10)

Em seus estudos sobre a temática do estigma Goffman (1988) atribui à prostituta (profissional do sexo) a denominação de “desviante social”. Para ele (1988, p. 155): “Elas [as pessoas desviantes sociais] são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; [...] falta-lhes moralidade;” entre outros.

No Brasil, ao longo das diferentes fases da construção histórica das suas relações sociais, a existência de profissionais do sexo está intimamente ligada às desigualdades sociais,

mesmo que essa afirmação não seja uma regra. Mas através dessa relação é possível traçar um paralelo entre o exercício da profissão sexual e a estratificação social conforme aborda Espinheira (1984). O referido autor revela a existência da “hierarquia de valores com referência às atividades, ocupações econômicas e estrato social a que pertencem os indivíduos” (ESPINHEIRA, 1984, p. 470). Ressaltamos aqui a existência de valores que tratam de hierarquizar as ocupações no mercado de trabalho, subjugando uns em função de outros, e acabam por excluir determinados grupos de trabalhadores.

Demo analisa a exclusão social afirmando que: [...] A exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares da precariedade marcada pela não-presença e impotência. (DEMO, 2002, p. 21)

Por fim, para Rohner (1987, p. 39) “a marginalização de minorias está diretamente ligada ao capitalismo e a estrutura social que o mesmo sustenta”. O mesmo autor considera que esse sistema marginaliza as classes menos favorecidas no campo econômico e as coisifica, estabelecendo um caráter comercial a sua condição, gerando conseqüentemente a alternativa da prostituição entre outras formas de subsistência.

Partindo desses pressupostos é possível refletirmos sobre o contexto da profissional do sexo e percebermos que, para a sociedade, é como se ela não estivesse inserida no mercado de trabalho, principalmente pelo fato de ela não contemplar os requisitos principais para ser considerada uma trabalhadora, não tendo registro em carteira de trabalho e nem mesmo obedecendo a rotinas de trabalho convencional.

Podemos observar claramente que as normas de conduta contribuem ainda mais para a manutenção de uma cultura de exclusão quando o ser humano recebe do meio social uma carga bastante grande de valores como especifica Werneck:

O ser humano [...] nasce não apenas num meio natural, mas, especialmente, num meio social e cultural, e recebe, nos primeiros anos de sua vida, numa fase em que não tem ainda condições para uma avaliação e em juízo pessoal, uma série de interpretações literalmente preconceituosas, provenientes do imaginário social, que aceita e adota como suas, reproduzindo a visão do mundo e a ideologia da cultura em que foi criado. (WERNECK, 2003, p. 36)

Portanto, tão importante quanto analisar as condutas de poder e os aspectos causadores da subjugação de classes e minorias é analisar, no foco proposto por esta pesquisa, a sua influência no processo de construção individual, não isolado, de novos cidadãos, fruto destas características. É um grande desafio para o desenvolvimento de qualquer intervenção

ou análise situacional, compreender o ser humano como sujeito sociopolítico, cidadão de uma cultura particular em um contexto coletivo multicultural, socioambiental e econômico.

3 O CONTEXTO DA PESQUISA

3.1 As redes

Inúmeras vezes pessoas que tiveram contato com a pesquisa e/ou souberam da temática nos perguntaram sobre os motivos que levaram essas mulheres a exercer a profissão do sexo. Perguntas como: será que estas mulheres nunca procuraram um trabalho? Será que ser empregada doméstica não é mais digno que ser uma “puta”? E os filhos, elas dão? Perguntas como estas revelam o imaginário popular e, tantas quantas vezes nos foram feitas a resposta era única: não é objetivo desta pesquisa interpretar os motivos para o exercício da profissão do sexo sob o ponto de vista moral, mas sim sob critérios éticos e profissionais.

Assuntos relacionados à família são difíceis de serem tratados pelas profissionais do sexo durante as entrevistas. O assunto traz recordações que muitas vezes as desagradam, principalmente por despertarem sentimentos como a saudade (por significar a fraqueza). Familiares próximos representam, antes de qualquer coisa, as suas origens. Os filhos representam, na maioria dos casos, a importância de “agüentar o tranco” na casa, pois os mesmos precisam ser alimentados e bem cuidados (perto ou longe delas).

Culturalmente o espaço familiar está ligado à moralidade. A família apresenta-se como uma das instituições mais significativas da ordem social, pois a sociedade se estabelece em contradistinção e em concordância com a família, se espelhando na sua formação e constituindo padrões a sua imagem. Ela deve, de acordo com modelos religiosos e sociais, ser constituída de um grupo com base no casamento entre um homem e uma mulher, sob a liderança masculina, oficializado em um cartório e abençoado por um líder religioso dando origem a filhos dentro deste relacionamento. Na sua maioria, as profissionais entrevistadas advêm de famílias que contemplam este modelo e para as mesmas é difícil representar a sua desordem.

A relação entre profissionais do sexo e a dona do bordel, antes de exploração, representa proteção. Segundo os relatos, se estivessem na rua, as “meninas” estariam expostas a diversas situações que colocariam em risco o seu instrumento de trabalho e mais do que isso, riscos que poderiam significar sua morte. Dessa relação surgem as regras para o bom

funcionamento da casa. Entre outras é proibido o uso de drogas ilícitas e também a exposição excessiva no salão ou no bar. São estabelecidos ainda os horários de trabalho e dias de folga.

Para o cliente a relação é simples, ele se propõe a pagar por um “serviço” especializado que o mesmo não encontra em qualquer lugar. Para a profissional ele não representa nada mais do que o dinheiro que ele paga pela prestação do “serviço”. Para elas, a quantia que o cliente paga representa o valor dele e não dela. Quanto mais rico ele aparentar, mais caro será cobrado.

De acordo com relatos obtidos através de entrevistas com ex-proprietários do estabelecimento, podemos destacar que a Boate Sereia da Noite se instalou no Bairro de Taquaraçú em Laguna/SC na década de 80 e inicialmente levava o nome de Boate Pedregal.

Durante os anos em que o estabelecimento se encontra instalado na região, há relatos de momentos de maior embate entre a sua presença, a das profissionais do sexo, e a opinião comunitária. De acordo com entrevistados, nos primeiros anos de permanência da Boate Sereia da Noite na comunidade era comum as profissionais do sexo sair às ruas do bairro, vestidas “à caráter”, para atrair clientes, o que causava muita indignação das mulheres da região, principalmente as casadas. Hoje essa fase de relacionamento conflituoso parece ter acabado. É bem provável que o fim destes conflitos esteja relacionado ao surgimento de uma postura menos agressiva na luta por clientes por parte das “meninas”.

A comunidade à volta da “zona” é o espaço social onde ocorrem as interações e embates mais significativos da dinâmica estabelecida entre as profissionais do sexo e as “famílias de bem”. Na comunidade há atualmente uma tendência a tolerar a sua presença. Em resposta, as profissionais estabelecem um código de ética profissional com a intenção de proteger os casamentos na comunidade. Elas afirmam não atender homens casados residentes nas proximidades do bordel e tampouco revelam nomes ou situações que envolvem outros freqüentadores.

A escola, neste contexto, é uma instituição que faz parte e reproduz o modelo social. Para as profissionais do sexo o espaço escolar é bastante nobre, pois é nele onde se concentram muitas das expectativas em relação ao futuro de seus filhos. A freqüência na escola é apontada como o mais importante instrumento de transformação social.

3.2 História de Vida, Prole e Educação

Relatamos que profissionais do sexo e comunidade interagem, muitas vezes, em

função da existência de crianças no contexto cotidiano em estudo. Quando a profissional vêm para o bordel trazendo filhos pequenos é necessário que a criança seja abrigada em casas próximas. Nesses casos a profissional vai à busca de uma “família babá” que possa cuidar da criança enquanto ela trabalha. Na maioria das vezes a administração da Boate sugere residências que, ao longo dos anos e com certa frequência, desempenham essa função e que perceberam nessa atividade uma oportunidade de aumentar o orçamento familiar.

Muitas mulheres relatam tentar encontrar ambientes saudáveis e que possam proporcionar à(s) sua(s) criança(s) o que elas não poderiam oferecer por causa de sua condição profissional e de moradia. O ideal de “família babá” ou “cuidadora” está relacionado às seguintes características: composta de um grupo familiar tradicional onde exista o casal e ainda filhos com idade próxima a dos seus, e, se possível, que possam frequentar a mesma unidade de ensino escolar, além de conviver sob a liderança masculina no espaço familiar.

De acordo com a administração escolar, quando da matrícula das crianças na escola, dificilmente as mães identificam sua verdadeira profissão. Comumente elas se identificam como secretárias e domésticas. A revelação sobre a sua real atuação profissional acontece quando os comentários na comunidade chegam à escola.

Nos relatos, as “meninas” afirmam não ter tido oportunidade de estudar. Dizem não ter tido condições de viver sua infância, principalmente pelo fato de ter casado cedo, ou ter optado por buscar condições financeiras antes mesmo de chegar à vida adulta. Afirmam não conseguir voltar a estudar, principalmente por causa da rotina de trabalho. Porém, uma coisa que às orgulha é ver a alegria de seus filhos em frequentar a escola. Elas atribuem valor inestimável a educação formal de seus filhos. Para elas a frequência na escola é a garantia da libertação do estigma da pobreza e da marginalização e, por isso, elas manifestam confiança na estrutura física, administrativa e pedagógica da escola.

3.3 As expectativas das profissionais do sexo presentes na comunidade diante da formação educacional e social de seus filhos

A maioria das mulheres entrevistadas se refere aos filhos como os principais motivos pelos quais as mesmas praticam a profissão do sexo. Muitas delas não podem diariamente estar com os filhos e, de diversas formas, tentam satisfazer os desejos dos mesmos ou, até mesmo, recompensar a sua falta através de presentes e visitas aleatórias. A partir dessa realidade destacamos alguns depoimentos (pensares) que retratam este contexto

de relacionamento sob a ótica das mães. Ressaltamos que os nomes citados durante o texto foram escolhidos pelas próprias entrevistadas para manter sua privacidade. Assim Fabiane diz:

Eu fico quinze dias aqui e quinze dias com ela. Eu ligo toda semana. Falo com ela, pergunto se ela tá indo na escola. Eu costumo proibir muitas coisas, principalmente se ela não for na escola [...] se ela não obedecer. [...] Na escola, faz um mês mais ou menos que ela tá indo direto. Ela não queria ir. Ela era birrenta e ela não queria ir. Então eu comecei a proibir, não mandava mais as coisas. Tudo que ela queria eu sempre dava, e aí eu comecei a proibir. [...] Aí ela começou a ir...

Fabiane aponta principalmente a relação de cumplicidade que acredita ter construído com a filha. Até o início do ano de 2008 a menina morava no bairro de Taquaraçú, Fabiane contratava os serviços de uma “família babá” para cuidar da criança, porém, após alguns acontecimentos envolvendo seu ex-marido, se sentiu obrigada a delegar à mãe e ao pai os cuidados para a menina. Mesmo longe afirma valorizar a frequência da criança na escola. Lembra não ter freqüentado a escola e sabe da falta que isto lhe faz, mas pretende que a filha não tome o mesmo rumo que o seu.

Ariane, quando incentivada a falar das suas responsabilidades como mãe, afirma:

Ih! Responsabilidade é o que eu não tenho. Se eu tivesse responsabilidade eu tinha trazido ele (o filho) comigo, eu não tinha deixado ele três anos com a minha mãe. Tinha cuidado dele, dado carinho. [...] Então eu já digo que eu não tenho responsabilidade em nada. Eu ensinei muito pouca coisa pra ele. Eu acho que ele convive bem assim. Tudo que ele precisa não falta nada pra ele. [...] Eu pretendo ficar aqui até ele completar uns cinco ou seis anos. [...] O meu objetivo é sair daqui.

Ariane, aos quinze anos era mãe e, diante das dificuldades que enfrentava, se viu obrigada a aceitar a proposta de entrar no mercado de prestação de serviços sexuais. Aos dezenove anos é a segunda vez que presta serviço na boate Sereia da Noite. Sua maior preocupação é o sustento do “piá”, como a mesma chama o garoto. Os cuidados em relação ao menino atualmente são de responsabilidade de sua mãe.

Já Juh afirma o que segue:

O que ela pede eu dô. Tipo assim, ela não é uma criança mimada, eu digo, ela não é uma menina bardosa. Ela fica bastante manhosa quando eu to perto dela, pois ela quer recuperar todo o tempo que eu fiquei longe... Ela não é revoltada comigo ela não é nada sabe e eu me considero uma boa mãe pra ela e os meus pais cuidam muito bem dela também, né? E agora eu trabalhando aqui toda semana que eu posso eu mando dinheiro pra eles, quando eu vou pra lá eu sempre levo, levo presente pra ela sabe, levo roupa, calçado, não deixo faltar nada pra ela, na escola também, não deixo faltar nada nada nada. [...] Eu incentivo muito a minha filha a ir na escola mas a escola eu até nem me preocupo muito porque na escola as professoras são boas,

né? Ela tem professoras muito responsáveis, né? Se no passado eu não pude dar as coisas pra ela eu vou dar agora e eu pretendo que isso continue assim até que ela se torne maior de idade até que ela termine os estudos dela, enfim. [...] Mas eu penso que ela vai ter boa cabeça, ela vai estudar, vai ter uma profissão. Eu acho que todo pai quer isso pra um filho, né? Que tenha uma profissão.

Aos quatorze anos Juh já era mãe e afirma não ter tido condições de viver sua infância, principalmente pelo fato de ter casado cedo e logo ter tido uma filha. Parou de estudar, e nunca mais voltou à escola. Afirma que sua principal preocupação é o sustento da filha. Assim como Fabiane, tenta, mesmo longe da filha, incentivá-la a não cometer os mesmos erros, principalmente o de ter deixado de frequentar a escola. Juh se orgulha do fato da filha, aos cinco anos, já estar na primeira série/ano do ensino fundamental.

A escola, na maioria dos casos, é constantemente encarada como espaço que menos as preocupa. As profissionais do sexo confiam na estrutura física e administrativa da escola e respeitam a existência da figura do professor. Atribuem à educação a esperança de um futuro melhor para seus filhos e fazem o possível, dentro de suas condições, para acompanhar o processo de educação formal de suas crianças.

3.4 A participação, socialização ou interferência da escola na relação com as crianças oriundas “da zona”

Para ajustar a linguagem e obter um entendimento do que significa a socialização num contexto escolar, buscou-se primeiro conceituar o termo. Ferreira (FERREIRA, 2004, p. 1865) conceitua como socialização “processo de integração mais intenso dos indivíduos no grupo”. Completando esse primeiro conceito, Edgar e Sedgwick (2003) consideram a socialização como “Um processo pelo qual o indivíduo aprende a participar de uma sociedade e de uma cultura específicas, e então a compor um ser genuinamente social e cultural”. (EDGAR e SEDGWICK, 2003, p. 310)

Em se tratando do papel da escola, a socialização encontra-se na base do processo, pois esta recebe um número expressivo de alunos e em seu conjunto se apresenta um leque de diversidades que se encontram num espaço único, num tempo histórico comum a todos e motivados por um mesmo objetivo. Nesse contexto a socialização trata de colocar num coletivo, as diversidades. Evitar conflitos, mediar preconceitos, atenuar diferenças faz parte, entre outros papéis, a função social da escola.

Percebeu-se, quando o assunto trata da participação e/ou interferência da escola

no processo de formação educacional e social de filhos de profissionais do sexo do bairro de Taquaraçú, que há certas disparidades em relação a esse processo, principalmente na identificação desse público. Diante disso a direção da escola se posiciona afirmando que a equipe acredita dever tratar o assunto de forma natural e sem preconceitos, ou seja, prefere omitir a informação ou deixar que o profissional identifique a composição de sua turma por conta própria, o que muitas vezes acontece por comentários de terceiros. Lê-se omitir no sentido de não evidenciar.

De um lado alguns profissionais da educação afirmam que a escola não deve evidenciar ou direcionar práticas especiais a estes, e afirmam não informar aos recém chegados profissionais da educação a existência de filhos de profissionais do sexo em sala de aula. Outros acreditam que a escola deve tomar certas posturas diante dessa clientela, principalmente no campo afetivo, para tanto se preocupam com a posição do professor neste processo.

Alguns depoimentos apontam para essas considerações como seguem.

“Não há uma discriminação. Eles são alunos que chegam até nós e tanto que nós nem comunicamos os professores. A princípio são alunos e tudo é tratado normalmente”. Esta afirmação é atribuída a uma professora efetiva da Escola de Educação Básica de Taquaraçú há oito anos e que, nesse período, chegou a ocupar a direção da unidade.

Sobre o mesmo assunto, outra professora reflete:

O meu papel como professora é trabalhar sem preconceito nenhum. Eu fiquei até..., assim, surpresa, sabe? Até eu saber eu não esperava e pra mim elas eram crianças como as outras. De qualquer maneira pra mim não tem diferença nenhuma. [...] Na minha cabeça a minha função não é avaliar esses casos, formular idéias sobre o assunto. [...] A gente sabe que a escola é cheia de outros tantos casos diferentes uns dos outros. [...]

Quando questionada sobre as possíveis marcas que a criança pode carregar consigo diante do exercício da profissão do sexo por parte das mães a mesma professora, há um ano e meio trabalhando na escola, afirma: “Eu acho que as marcas são permanentes, mas é importante a gente perceber que a criança vai ser condicionada a pensar de diferentes formas e vai ser ela mesma quem vai definir quanto tempo essa questão vai ter influência sobre ela”.

Sobre a atenção/participação da escola no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças uma professora responde:

A única coisa que eu acho que a escola pode fazer é conversar com a criança e fazer com que ela entenda a diferença de vida que eles têm e quem vive lá com eles. Fazer

com que ela entenda, não levando, não deixando a criança perceber que a gente tá falando de algum relacionamento, de algum envolvimento da mãe com alguém.

Outra ainda diz:

Na verdade eu acho até que tem que ter uma atenção especial da escola em relação à presença dessas crianças. A mãe, por uma opção ou por falta de opções, está naquela vida. Assim, eu acho que a escola tem de tratar essas crianças com uma atenção especial, um diferencial, com carinho, com atendimento especial. Elas já não têm esse tempo pra ficar com eles, eles já são criados por uma outra família, que muitas vezes não tem laço nenhum. (Professora efetiva há cerca de seis anos na unidade de Taquaraçú)

Evidenciando ou não a presença desse público na unidade escolar os professores e demais profissionais têm opiniões formadas sobre a convivência entre as crianças. Muitos apresentam receio em atribuir fatores comportamentais à condição profissional de suas mães, mas destacam alguns comportamentos, como cita a responsável pela supervisão escolar:

[...] os filhos das ex-profissionais, principalmente, são muito quietos, eles não se manifestam muito em sala de aula. Um menino de uma que atua mesmo é que é muito agressivo. É ele quem comanda os grupinhos, ele quem diz o que todos vão fazer, ele só faz um sinal e todos vão atrás dele, é impressionante, ele fala palavrões. A sexualidade dele também é muito, muito, muito aguçada. Pra falar a verdade ele me chama de gostosa o tempo todo. Ele é muito espontâneo, o que ele acha ele fala, ele não esconde nada.

Segundo a supervisora, este caso é dos mais famosos da escola. Segundo a mesma, a mãe do garoto exerce a profissão do sexo na boate e é apontada como uma das mais participativas da escola.

De modo geral tem uma dificuldade sim, porém não é o fato de essas crianças terem automaticamente dificuldade pela condição da mãe, mas por estas mães não acompanharem o crescimento dessa criança, não acompanharem a tarefinha deles. A criança precisa dessas coisas. [...] a presença da família, da mãe principalmente é importante. Claro que o ideal é pai e mãe, mas se não dá pra ter os dois a mãe principalmente é super importante.

Este depoimento foi prestado por uma professora que, quando questionada sobre a convivência entre as crianças, aponta a necessidade de acompanhamento familiar no processo educacional. Percebe-se a sua herança cultural quando de suas considerações sobre a existência de um “ideal” familiar. Nota-se que a mesma até aceita distorções do modelo constituído socialmente, porém reafirma sua opinião sobre a importância de casais.

Quando questionada sobre a possibilidade de se considerar o grupo formado pela

profissional do sexo e seus filhos uma família, a mesma profissional acima citada reflete sobre a condição profissional e familiar desse grupo:

[...] elas ali, eu não sei se configura uma família, né? Elas trabalham ali... e eu posso dizer se é família? Se elas não têm nem a responsabilidade de estar com os filhos. Elas até tentam, mas não é isso, a família é o dia-a-dia, é o contato, é o chorar junto, é levar no médico, é dar comidinha, é brigar, é cobrar, é corrigir, é dar colo, é dar beijo, é tudo, família é isso. Então, eu não sei se isso pode ser família.

A partir desse mesmo questionamento podemos destacar opiniões bastante próximas a essa em outros entrevistados, como outra professora que diz:

Eu acho que a profissão do sexo impossibilita a constituição familiar. Eu acho que é errado, não que eu esteja discriminando, né? Eu acho primeiro que a pessoa tem que procurar alguma coisa pra fazer. Tem tantas coisas em que a pessoa pode trabalhar. Eu acho que é difícil pra criança acabar sabendo que a mãe é ou foi uma profissional do sexo. É aquela coisa, se a mãe não contar outras pessoas vão.

Muitas vezes a principal preocupação desses profissionais da educação está em preservar ou evitar que os filhos de profissionais do sexo, principalmente os das primeiras, se dêem conta da “vergonha” de sua condição de “filhos da zona” ou ainda “da puta”, o que é praticamente impossível diante da presença do bordel, e ainda de um contexto onde a mãe é reconhecida na rua e, mesmo em casos de abandono da profissão sua história ainda vive.

Evidencia-se a importância, após a análise destes comentários, de se estudar a prática cotidiana dos sujeitos da escola e suas vivências no espaço escolar. Assim André (1995, p.43) nos ajuda a ter clareza sobre tal abordagem quando cita em sua obra intitulada “Etnografia da Prática Escolar” o seguinte:

O estudo da dinâmica de sala de aula precisa levar em conta, pois, a história pessoal de cada indivíduo que dela participa, assim como as condições específicas em que se dá a apropriação dos conhecimentos. Isto significa, por um lado, considerar a situação concreta dos alunos (processos cognitivos, procedência econômica, linguagem, imaginário), a situação concreta do professor (condições de vida e de trabalho, expectativas, valores, concepções) e sua inter-relação com o ambiente em que se processa o ensino (forças institucionais, estrutura administrativa, rede de relações inter e extra-escolar).

Desta forma a prática escolar só terá os devidos resultados quando o seu corpo profissional atentar para estas perspectivas, principalmente a da “observação participante” dos contextos apontados acima por André. A escola não precisa desprender atenções diferentes aos seus alunos, porém precisa reconhecer que a coletividade é heterogênea, e todos ao mesmo tempo, buscam a atenção às suas especificidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando foram aplicados mecanismos de observação e análise de dados foi possível constatar realidades que nem mesmo foram previstas. É importante admitir que nossos olhares pré-conceituosos quando da proposta nos impediam de reconhecer que o destaque às vivências eram muito mais relevantes do que a ilusão à polemicidade do tema. O tema não é polêmico, talvez o preconceituoso avalie o mesmo como tal. O contexto avaliado ocorre todos os dias e a polêmica pode ser encontrada nos olhares que incidem sobre o mesmo, não nos pensares destas mãos. Atentamos aqui para a educação do olhar sobre o foco proposto e ainda o exercício da alteridade.

Diante das diversas redes de relacionamento descritas no texto podemos perceber que, para o imaginário popular, o bordel é o espaço reservado ao pecado e ao exercício da promiscuidade. É o local em que a família não pode estar presente e nem mesmo ser constituída. Relatamos, diante desse mesmo imaginário, a necessidade de isolar a presença material da “puta” dos espaços “familiares”.

O estigma, no caso abordado, é transferido às diversas esferas de convivência da profissional. Ele está presente na visão estereotipada sobre a forma de exercer sua sexualidade, na sua relação com os diversos grupos sociais a sua volta, na comunidade, no bairro, na cidade, na família. Faz-se presente ainda na posição de classe social e na sua incansável busca pela independência.

Valores se perdem e o estigma fortalece a idéia de inércia da existência da profissional do sexo e prejudica o exercício de sua cidadania feminina. Ele ameaça a perda da honra, da integridade e da busca por direitos. O estigma a isola do mundo e acaba por classificá-la como inferior, fazendo com que essa inferioridade seja transmitida para seus filhos, mesmo que involuntariamente.

Outro aspecto levantado é o fato de, ao longo dos mais de vinte anos de funcionamento da Boate Sereia da Noite, a população ter aprendido a conviver pacificamente com a sua existência, mesmo não a aprovando. Destacamos também a formação de valores e padrões éticos no exercício da profissão do sexo que viabilizam a boa convivência.

No contexto das interações entre profissionais, seus filhos, comunidade e profissionais da educação fica evidente a importância dada à educação e sua ligação à perspectivas de futuro destas crianças longe do exercício da profissão do sexo e de dificuldades financeiras. A escola, na maioria dos casos, é o espaço que menos preocupa estas

profissionais. Elas dizem confiar na estrutura física e administrativa da escola e respeitam a existência da figura do professor.

Durante todo o tempo de observação e realização de entrevistas pôde-se avaliar que a instituição escolar ainda é imbuída de preconceitos de ordem social que a impedem de dinamizar certas situações, principalmente as relacionadas à percepção de contextos familiares presentes na escola e compartilhados entre os alunos. Então nesse contexto a socialização trata de recolocar num coletivo as diversidades. Evitar conflitos, mediar preconceitos, atenuar diferenças, fazem parte, entre outros papéis, da função social da escola.

Diante de algumas dessas considerações foi possível destacarmos a preocupação escolar em não parecer discriminatória. Porém, devemos avaliar este caso ainda sob o ponto de vista da tradição. A instituição, assim como outras tantas no Brasil, se mantém sob os moldes familiares e sociais, cristãos e eurocêntricos, e acaba sendo impedida de reconhecer a existência de um contexto discriminatório involuntário e sem imposições visíveis, que contribui para a manutenção de preconceitos à sua volta.

Salientamos a importância que a pesquisa tem para o conhecimento da história local, ao estudar um episódio (instalação do bordel) que, pelo tempo de permanência no local, foi incorporado pela comunidade como um espaço aceito (mesmo não considerando como algo positivo). Entende-se que a presença do bordel deve ser tratada como algo que faz parte da história social do bairro; da história de vida das pessoas que ali vivem; e dos contextos da sua oralidade.

Apontamos, ainda, como relevância, diante dos diversos contextos encontrados durante a pesquisa, a alternativa de se estudar o preparo dos profissionais da educação, principalmente os professores, frente às diferenças encontradas na escola, e a necessidade de se trabalhar assuntos como a “família”, valores e outros na presença de “filhos de zona” entre seus alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BACELAR, Jeferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática, 1982.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **CBO - Classificação Brasileira de Ocupações – Relatório da Família**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/pdf/template_5198.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2008.

DAVIDA, Prostituição, Direitos Civis, Saúde. **Papo da Vida**. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=13&num=2>> Acesso em: 23 jun. 2008.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social: polêmicas do nosso tempo**. 2. ed. Ver. Campinas: Autores Associados, 2002.

EDGAR, Andrew e SEDGWICK, Peter. **Teoria Cultural de A a Z**. São Paulo: Contexto, 2003.

ESPINHEIRA, Gey. **Divergência e prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel**. Salvador: Fundo Cultural do Estado da Bahia, 1984.

FARINHA, Marciana Gonçalves e BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Adolescentes profissionais do sexo**. Campinas: Átomo, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D. **A pesquisa em Educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROHNER, Teodoro Helmut. **Prostituição e libertação da mulher: pastoral da mulher marginalizada, subsídios para a formação de agentes**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na Idade Média**. Trad. Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

WERNECK, Vera Rudge. **Cultura e Valor**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.